

XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 21 “Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento”

Os debates sobre a mineração no bioma Pampa: conflitos socioambientais entre a extração de minerais e projetos locais de vida e desenvolvimento

Sérgio Botton Barcellos
Professor na área de Sociologia – ICHI/FURG

Daniel Vaz Lima
Doutorando no Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Arqueologia – UFPel

Patrícia dos Santos Pinheiro
Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPB

Flávia Rieth
Professora nos Cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia – UFPel

OS DEBATES SOBRE A MINERAÇÃO NO BIOMA PAMPA: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A EXTRAÇÃO DE MINERAIS E PROJETOS LOCAIS DE VIDA E DESENVOLVIMENTO

RESUMO

Os projetos em mineração estão em expansão no Brasil e também no Rio Grande do Sul (RS), incluindo a parte denominada “metade sul” ou “região da Campanha” no bioma Pampa. Com atividades que abrangem a extração de minerais, como cobre, zinco e prata e a extração de chumbo para a exportação, os projetos em mineração nessa região surgem como a mais nova promessa de “desenvolvimento econômico” e “emprego”, após a implementação em larga escala da silvicultura. Desta maneira, se a atividade produtiva se modifica, a concepção de que a região estaria à margem do “desenvolvimento”, porém, permanece. Atualmente, a possibilidade da instalação de uma mina junto ao bioma Pampa está gerando impasses entre empresa, grupos locais e pesquisadores em debates e audiências públicas, levando também a contestações junto ao Ministério Público Federal (MPF). Entende-se como grupos locais: pequenos, médios e grandes produtores pecuários e agrícolas, quilombolas, indígenas e comunidades nos municípios cujo bioma em questão é intrinsecamente vinculado aos seus modos de vida. Assim, por meio desse trabalho, temos como questão central: Como se configuram as relações de acordos, disputas e conflitos socioambientais nos debates públicos sobre a implantação dos projetos em mineração no bioma Pampa no RS? O objetivo geral é problematizar a configuração das relações de acordo, disputa e os conflitos socioambientais em jogo no debate sobre a mineração e os possíveis impactos nessa região. Vamos focar o debate público sobre a mineração em jornais, redes sociais e em audiências públicas, dado que essas fontes agregam pessoas e grupos sociais com diferentes aspectos socioculturais e matizes político-ideológicas na região. O escopo teórico para esse trabalho inclui os conceitos de configuração e processo de longa duração em Norbert Elias. Na temática dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental iremos discutir com Acselrad (2004, 2010), Zhouri et al., (2005) e Zhouri e Laschefski (2010). Além disso, a pesquisa terá aporte em outros trabalhos, como Guedes (2015), Malerba (2014) e Hazin (2013), dentre outros. A metodologia é qualitativa e os procedimentos de pesquisa são observação direta, análise de conteúdo e análise documental. A partir desse estudo, pretendemos discutir as negociações, as controvérsias e as disputas entre os atores nos debates públicos sobre a possibilidade da instalação desse projeto em mineração no bioma Pampa e refletir sobre a configuração das várias formas de conflitos socioambientais na atualidade no contexto rural brasileiro.

INTRODUÇÃO

As empresas mineradoras, em expansão no Brasil, também se encontram no Rio Grande do Sul (RS), onde, dentre outros locais, estão se instalando na parte denominada “metade sul” ou “região da Campanha” no bioma Pampa, em especial nos municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Camaquã. As atividades de mineração em questão incluem a extração de minerais, como cobre, zinco e prata e a extração de chumbo para a exportação.

Analisando esta questão sob um contexto mais amplo, assim como ocorreu no

Brasil Colônia a partir do século XIV, atualmente a maior parte dos recursos naturais extraído, como o minério, abastece o mercado externo, e tem obtido de forma crescente espaço na base econômica nacional. No ano 2000, por exemplo, os empreendimentos em mineração obtiveram crescimento de 8,2%, sendo o setor individual com maior crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) (BARRETO, 2001).

Segundo Malerba, Milanez e Wanderley (2012), de 2000 a 2011 a participação da indústria mineradora no PIB aumentou de 1,6 para 4,1%. Ainda, de acordo com o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) do Ministério de Minas e Energia (MME), em 2013 o percentual chegou a 4,2%, representando 20% do total das exportações. Além disso, percebe-se o crescimento acelerado da demanda de ouro por parte da China, o que estimulou o aumento da cotação dos metais, somado ao enfraquecimento do dólar, que por sua vez levou a uma maior procura por metais como reserva financeira.

Os principais produtos minerais metálicos exportados pelo Brasil são minério de ferro, alumínio, ouro e cobre. O minério de ferro respondeu, em 2009, por 63,5% das exportações brasileiras de minérios, que chegaram a quase US\$ 20 bilhões. O segundo produto mineral exportado foi o alumínio (US\$ 3 bilhões), seguido do ouro (US\$ 1,43 bilhão), do cobre (US\$ 1,4 bilhão) e das rochas ornamentais (minério não metálico) com 2,2% do total das exportações). São também importantes produtos de exportação, embora com menor peso: chumbo, manganês, estanho, caulim, diamantes, pedras preciosas, amianto e magnesita (MME, 2013).

Com um grande potencial geológico ainda a ser explorado, o governo brasileiro está estimulando a exploração das reservas minerais. No Plano Nacional de Mineração 2030, há previsão de investimentos de R\$ 350 bilhões até 2030, destinados prioritariamente à Amazônia, mas também a outros locais. De todo modo, trata-se de um indicativo de que poderá se intensificar a atividade extrativa no país, inclusive em outros biomas, como o Bioma Pampa, que abrange parte do Brasil, no Rio Grande do Sul (RS), Uruguai e nordeste da Argentina.

Sob essa perspectiva, após um ciclo intenso de atividades de silvicultura altamente impactantes para o Bioma Pampa gaúcho, empreendimentos em mineração surgem como a mais nova promessa de “desenvolvimento econômico” e “emprego”, com a proposta de “dinamizar” a matriz econômica, marcadamente pastoril. Mais especificamente a possibilidade da instalação de uma mina junto ao bioma Pampa está gerando impasses entre empresa, comunidade local¹ e pesquisadores em debates e audiências públicas,

¹ Entende-se como comunidade: pequenos, médios e grandes produtores pecuários e agrícolas, quilombolas, indígenas e comunidades nos municípios.

assim como ações junto ao Ministério Público Federal (MPF).

Assim, por meio desse trabalho, temos como questão central: Como se configuram os acordos, disputas e conflitos socioambientais nos debates públicos sobre a implantação dos empreendimentos em mineração no bioma Pampa no RS? Procuramos, assim, compreender neste universo de pesquisa como se configuram as relações de sociabilidade, isto é, embates, negociações e solidariedades entre os atores sociais em relação à instalação de empreendimentos de mineração em municípios do Bioma Pampa. A partir disso, serão analisadas quais as formulações, reivindicações e mobilizações dos atores sociais que configuram as controvérsias acerca da mineração no universo de pesquisa, tendo como referências a teorização das configurações de Norbert Elias. Além deste, contaremos com o aporte teórico sobre a temática dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental (ACSELRAD, 2004; ZHOURI et al., 2005; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), bem como aporte auxiliar de Hazin (2013), Malerba (2014) e Svampa (2012).

A metodologia a ser trabalhada é qualitativa e os procedimentos de pesquisa utilizados foram a observação direta em três audiências públicas realizadas no ano de 2016 em três municípios do RS, Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado, e uma audiência no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alergs) no ano de 2017. Além disso, realizamos coleta de depoimentos no decorrer destes espaços; análise documental em redes sociais (facebook) e sites e jornais regionais.

Ao discutir as relações de acordo, as controvérsias e as disputas entre os atores nos debates públicos sobre a possibilidade da instalação de um empreendimento em mineração no bioma Pampa, procuraremos também conectar esta reflexão com a configuração das várias formas de conflitos socioambientais na atualidade do contexto rural brasileiro.

Sob essa perspectiva, na primeira parte desse trabalho abordaremos o contexto mais amplo sobre o Bioma Pampa e as questões atinentes ao desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil e como esse processo está ocorrendo no Bioma Pampa no estado do RS. Na segunda parte trataremos da configuração das relações de conflitos, disputas e acordo entre os atores que são favoráveis e contrários a implantação do “Projeto Caçapava do Sul” em meio ao cenário de audiências públicas.

O BIOMA PAMPA E A QUESTÃO DA MINERAÇÃO

Constituído principalmente por vegetação campestre, o bioma Pampa percorre Uruguai, Brasil e Argentina, em uma área de aproximadamente 750 mil km². No Brasil, esse bioma foi delimitado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em 2004, junto com os demais biomas brasileiros. Também indicado como Campo Sulino, representa 63% da área do Rio Grande do Sul, com quase 180 mil km². Apesar de uma aparente homogeneidade da vegetação de campos nativos, apresenta uma vasta biodiversidade entre serras, planícies e coxilhas, com gramíneas, formações arbustivas, banhados, capões de matas, butiazais etc.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), estima-se que existam cerca de 500 espécies de aves, 100 de mamíferos e 3.000 espécies de plantas, com diversas espécies endêmicas de fauna e flora, nem todas descritas ainda. Tal biodiversidade de espécies de flora pode ser observada na consideração de que um metro quadrado de campo nativo pode conter mais 50 espécies diferentes de plantas, tornando essas pastagens naturais adequadas ao pastoreio. Entretanto, a presença do empreendimento econômico da pecuária transformou o Pampa, considerando que os herbívoros bovinos, equinos e ovinos contiveram o avanço da “vegetação lenhosa” sobre essas áreas campestres (BENCKE, 2016). Além disso, o Aquífero Guarani se encontra em boa medida neste bioma.

Associada à biodiversidade local, neste Bioma convivem, além de agricultores e pecuaristas, comunidades consideradas tradicionais, como quilombolas², pescadores artesanais, povo cigano, de terreiro e pomerano (MAZURANA et al., 2016). Estes grupos sociais desenvolveram importantes conhecimentos associados ao valor alimentar, medicinal etc. das espécies presentes no Pampa, compondo importante patrimônio cultural. Entretanto, o contexto de tais territórios está marcado pelo avanço de modelos de desenvolvimento com potenciais de drásticas transformações nestas paisagens e biodiversidade. Por exemplo, o avanço dos cultivos de soja e milhos transgênicos destroem os campos nativos, ocasionando o avanço de espécies exóticas tais como o capim-anoni. Além disso, as lavouras de eucaliptos e, atualmente, os projetos de mineração passam a fazer parte do cenário atual do Pampa de modo significativo (MAZURANA et al., 2016, p. 8)³.

² Atualmente no Bioma Pampa encontram-se 92 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares.

³³ Cabe ressaltar que já houve um projeto de mineração de cobre na localidade de Minas do Camaquã há cerca de 20 anos, empreendimento ainda lembrado pelos moradores por ter trazido empregos locais.

A pecuária extensiva sobre os campos nativos tem sido uma importante atividade econômica da região, desenvolvida não somente em grandes estâncias, mas também em pequenas e médias propriedades. De acordo com Cancelier et al. (2017) no Pampa há uma matriz produtiva histórica vinculada a esta atividade que se diferencia do arranjo produtivo praticado por pecuaristas no Centro Oeste e Norte do Brasil, com derrubada de florestas e plantio de gramíneas para alimentação do rebanho, em geral em grandes propriedades. Destaca-se que o pecuarista familiar, sujeito que compõe o grupo dos produtores de gado familiares, também configuraram sua identidade no contexto histórico de ocupação do Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização e a compra da terra por meio dos trabalhadores das estâncias (FERNANDES; MIGUEL, 2016)⁴.

A partir dos anos 2000, o Pampa passou a ser alvo de novas investidas na busca de um almejado desenvolvimento econômico de uma área apontada como a parte econômica do RS menos “desenvolvida”, com atividades produtivas como a agricultura considerada “convencional” (com uso intenso de insumos e tecnologias externas), especialmente o cultivo da soja, a silvicultura, o uso de pastagens com espécies exóticas e, mais recentemente, a mineração. Desde então sucessivos governos estimularam estas atividades na região e também empresas ligadas ao agronegócio expandiram sua fronteira agrícola para a metade sul do RS.

Destaca-se que a perda de biodiversidade compromete o bioma, que já é o segundo mais devastado do Brasil, com apenas 36% com cobertura original (BRASIL, 2017), o que pode levar à perda de espécies de fauna e flora, ao aumento da erosão do solo e do processo de arenização, assim como possíveis mudanças climáticas. No que tange ao aspecto socioambiental, Acselrad (2001, 2004) descreveu que dois processos caracterizaram a territorialidade do capitalismo brasileiro, sendo que o primeiro diz respeito à concentração do controle dos recursos naturais e a acumulação capitalista, a qual faz uso de escalas cada vez mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária. O segundo processo na construção desta territorialidade foi a privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente do ar, das águas e de minerais,

⁴ De acordo com Cancelier et al. (2017), são considerados pecuaristas familiares os produtores que têm como atividade predominante a (re) criação de bovinos, caprinos, bubalinos e ovinos com a finalidade de corte e utilizem trabalho familiar, em alguns casos com mão de obra contratada sazonalmente; deter a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total inferior a 300 hectares com residência nele ou em local próximo a ele; e obtenham no mínimo 70% da sua renda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, fora benefícios sociais e aposentadorias.

com a reprodução de um modelo da sociedade capitalista moderna e com a intensificação da produção do trabalho no ambiente (ACSELRAD, 2004).

No RS, um importante estímulo governamental para a formação dessa territorialidade capitalista ocorreu no ano de 2005, quando o governador do estado do RS Germano Rigotto decidiu promover o “Projeto Losango⁵”, voltado para a silvicultura em forma de monocultura como mais uma ideia para o crescimento econômico do Pampa gaúcho. Do ponto de vista socioeconômico, o objetivo seria transformar a matriz econômica do Pampa, que é histórica e culturalmente pastoril, em região de produção de madeira e celulose.

Na última década também foi observado nessa região, identificada geologicamente como Escudo Sul-rio-grandense, o interesse pelas reservas de metal precioso, desde as jazidas já conhecidas e os antigos garimpos, até novas áreas com potencial, em municípios como Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, São Sepé e Pinheiro Machado. Nestes municípios algumas áreas vêm sendo alvo, desde 2008, de um intenso trabalho de pesquisa geológica para detectar pontos promissores, ampliar as reservas existentes e viabilizar projetos de extração mineral. Exemplo disso, de acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pela concessão de alvarás para o estudo de áreas e fiscalização de empresas, há um cadastro de 162 processos ativos de prospecção para busca de ouro, chumbo, cobre, prata e zinco. Estes números representam uma demanda atual oito vezes maior do que seis anos atrás (BRASIL, 2010).

Em um período mais recente, em meados do ano de 2016, a Votorantim Metais Holding protocolou estudos ambientais de EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e fez duas audiências públicas para apresentar o projeto à população. Segundo o EIA do empreendimento (VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC, 2016) a companhia tem feito pesquisas no local desde 2008 e teria confirmado a viabilidade econômica da extração de metais. De acordo com o site⁶, neste projeto consta a intenção de exploração de zinco, cobre, chumbo, além de prata como subproduto, no Passo do Cação, localidade a cerca de cinco quilômetros de Minas do Camaquã. A proposta é exportar concentrados dos minérios pelo porto de

⁵ Essa política pública estimulada por grandes empresas de produção de celulose e assumida pelo governo do RS na época dividia o estado em três áreas geridas por grandes empresas: a Aracruz (na Depressão Central e região de Porto Alegre), a Votorantim (na região do entorno e retaguarda das cidades de Pelotas e Rio Grande) e a Stora Enso (na fronteira sudoeste).

⁶ <<http://www.projetocacapavadosul.com.br>>.

Rio Grande para mercados internacionais como a Europa e a China, ou ainda aproveitar alguns deles nas metalúrgicas da Votorantim Metais em Minas Gerais (caso do zinco).

As audiências públicas, que são atividades condicionantes para a implementação do empreendimento, ocorreram em Vila de Minas do Camaquã e em Caçapava do Sul no mês de julho de 2016. Os municípios de Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado foram excluídos da consulta pela Fepam, apesar de os três municípios fazerem limite com a localidade do empreendimento e poderem ser impactados pelo projeto. Após o protesto de grupos comunitários nos municípios e com a intervenção do Ministério Público Federal (MPF), novas audiências foram promovidas pela Fundação. Foram organizadas, então, audiências públicas em Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado, onde a mineradora também apresentou detalhes do EIA-RIMA⁷. Logo em seguida, as intenções da empresa geraram polêmicas em pelo menos oito municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, que é o principal curso d'água na região.

A empresa mineradora prevê um investimento inicial de R\$ 371 milhões e anuncia que irá gerar 450 empregos diretos, com potencial de geração de empregos indiretos. O projeto está atualmente em fase inicial de análise do EIA-RIMA pela Fepam, com a expectativa de iniciar as operações no primeiro trimestre de 2020. A extração das lavras prevê a produção anual de 16 mil toneladas de zinco concentrado, 5 mil de cobre e 36 mil de chumbo durante 20 anos. A empresa afirma que não utilizará uma barragem de rejeitos líquidos.

Por outro lado, grupos organizados da sociedade civil (associações, universidades, prefeituras e grupos auto organizados), que descreveremos de forma mais detalhada a seguir, são contrários à instalação do empreendimento na região. Além da possível contaminação do Rio Camaquã em especial com o concentrado de chumbo, estas organizações ponderam que se houvesse um investimento maior na ovinocultura – a região possui mais de 650 mil cabeças de ovinos – seria possível arrecadar mais de R\$ 120 milhões. Eles também denunciam que a grande geração de empregos se dará fora da região, pois os minérios serão exportados na forma bruta. Ou seja, a justificativa do empreendimento se instalar na região não seria nem econômica, nem social ou ambiental, mas é apenas voltada aos interesses da empresa.

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010) também entendemos que as situações consideradas como “problemas ambientais” originadas pelo “desenvolvimento” podem ser compreendidas pela noção de “conflito ambiental”. O caráter conflituoso é relativo à forma como objetivamente são configuradas as relações entre os grupos com posições distintas,

⁷ As apresentações estão disponíveis no site da empresa, mencionado anteriormente.

sobre pretensões de uso e significados atribuídos a um mesmo território em disputa e que são ecologicamente interconectados. Dessa forma, os conflitos socioambientais têm em seu gérmen, de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), as formas distintas de existência em que disputam o sentido do conceito de desenvolvimento, e demonstram a luta por autonomia de grupos, organizações e movimentos sociais que resistem aos modelos de sociedade impostos, por exemplo, nos empreendimentos transnacionais que se instalam no Brasil sem consulta às comunidades locais.

Para Acselrad e Da Silva (2011), os projetos desenvolvimentistas, neste caso a atividade mineradora, alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais sobre as bases territoriais até então prevalentes. Os autores indicam que esta alteração das relações sociais será tão mais relevante quanto mais as populações das áreas de implantação destes empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais. Assim, trabalho, terra e recursos naturais serão incorporados em formas sociais distintas das precedentes à medida em que estes projetos intervenham no espaço.

Mediante este conflito de interesses e de projetos para a região, o EIA-RIMA apresentado pela empresa foi analisado com mais profundidade pela Fepam em novembro de 2016, época em que os grupos contrários ao empreendimento haviam realizado moções de repúdio e inquéritos nos ministérios públicos estadual e federal, reivindicando esclarecimentos sobre o processo junto à Fundação. Em janeiro de 2017, a Fepam concluiu parecer técnico com a análise do EIA-RIMA em que questiona a mineradora sobre diversos pontos, desde a descrição do empreendimento até complementações sobre o inventário feito na fauna da região. A empresa pediu prazo de 60 dias para organizar cronograma de ações para se adequar às exigências e, até fevereiro de 2018 haverá uma resposta da Fepam.

Diante desse impasse relativo à implementação do empreendimento, “os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 17). Ao mesmo tempo, sob uma perspectiva mais ampla, podemos compreender esse conflito em meio a um cenário marcado por políticas econômicas de ajuste fiscal e pela formação de superávits comerciais, no qual os instrumentos normativos de regulação ambiental estão no cerne de uma disputa. Essa questão posiciona, de um lado, aqueles que consideram os trâmites e as consultas às comunidades como “obstáculos ao desenvolvimento” e, de outro, os

atores que querem participar das decisões sobre os territórios onde vivem e constroem os seus projetos de vida.

Diante desse contexto, na próxima parte desse trabalho iremos descrever estes atores e problematizar a configuração das relações de acordo, disputa e os conflitos socioambientais em jogo no debate sobre a mineração e os possíveis impactos nessa região.

ATORES CONFIGURANDO AS DISPUTAS E OS CONFLITOS EM MINERAÇÃO NO BIOMA PAMPA

Leite Lopes argumenta que, nesse processo de ambientalização e busca por legitimidade, há movimentos mais recentes de mudanças junto ao próprio polo “degradador”, quando os grandes empreendedores, considerados os principais causadores de danos ambientais, procuram usar esse processo em uma reconfiguração de sua imagem, empregando-a como forma de positivação, mesmo que apenas em um plano discursivo (LEITE LOPES, 2006). Com isso, Leite Lopes avalia que na interiorização contemporânea da questão ambiental, há tanto o processo de manutenção de ações de acumulação primitiva ambiental, apesar de mudanças discursivas operadas, quanto uma “violência doce do uso da linguagem e procedimentos ambientalmente corretos no contexto da dominação empresarial exercida de forma socialmente irresponsável” (LEITE LOPES, 2006, p. 32). Por outro lado, configurando uma diversificada presença de justificativas nesse processo, há setores, como os movimentos populares que têm se mobilizado a partir das lutas ambientais analisados por Acselrad (2010), que estabelecem uma forte relação entre risco ambiental e insegurança social, tornando essas lutas mais amplas:

Torna-se assim também crescentemente difundido o entendimento de que a proteção ambiental não é, ao contrário do senso comum, causa restrita a classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das maiorias. E é por meio de suas estratégias argumentativas e formas de luta inovadoras que os atores sociais, cuja práticas aqui analisamos, têm procurado, no Brasil, fazer do ambiente um espaço de construção de justiça e não apenas da razão utilitária do mercado (ACSELRAD, 2010, p. 115).

Sob essa perspectiva, nas audiências públicas em que estivemos presentes em 2016 e 2017 - em três municípios próximos à área do empreendimento, Santana da Boa

Vista, Bagé e Pinheiro Machado, e uma audiência na Alergs, em Porto Alegre – uma série de debates sobre a instalação do referido empreendimento em mineração no município de Caçapava do Sul foi travada. Nestes espaços, ficaram evidentes as disputas de significados sobre o que seria o desenvolvimento do bioma Pampa e empresa, comunidade local, pesquisadores e diferentes instâncias do poder público posicionam-se, de modo não estático, em prol, contra ou indecisos sobre a instalação deste empreendimento de mineração. Estes posicionamentos despertam, consolidam ou remodelam acordos, solidariedades, disputas e conflitos socioambientais, a partir de regimes de justiça distintos, que precisam ser observados de modo a tentar compreender a dimensão socioambiental e territorial, bem como a configuração dessas formas de disputa e conflito no Brasil na atualidade.

Das audiências que estivemos presentes, além dos componentes da mesa, haviam uma quantidade considerada grande de pessoas, em média 400 pessoas, sendo que a maioria do público já vinha com um posicionamento a favor ou contra a instalação do empreendimento. Observamos que uma pequena parte foi nas audiências se informar e construir um posicionamento acerca dos argumentos favoráveis e contrários a ocorrência de atividade mineradora na região. Após os pronunciamentos dos membros das mesas, as manifestações das plenárias eram todas feitas por pessoas com posicionamentos favoráveis e contrários. Ressalta-se, que essas audiências, com exceção da Alergs, foram garantidas por meio de solicitação do Ministério Público.

Para analisar estes espaços de discussão, podemos acionar o debate sobre arenas públicas. Cefai propõe a inserção da cultura nos espaços tidos como arena pública, o que ele entendeu como um fator importante em um campo de estudos como o da ação coletiva, que antes era dominado, na opinião dele, pelas teorias de mobilização de recursos e processo político. Assim, direitos de defesa ou reclamação, como mobilização de redes de ativistas e estruturas de oportunidade percebidas, exigem restrições de enquadramento culturais públicos. Para Cefai a dimensão dramática e retórica da ação coletiva deve, portanto, ser repensada em uma teoria de arenas públicas⁸. A ação coletiva, para Cefai (2009) encontrou seus apoios na “cultura pública” e quando partilhada por seus membros fornece opções para a tomada de partido, atribui lugares nas arenas e indica as formas mais adequadas de expressão, relacionadas à vida cotidiana.

⁸ Para evitar que os quadros de análise recaiam em um possível psicologismo, devem alicerçar a noção de ação coletiva em conexão com as gramáticas da vida pública (CEFAI, 2001). A “cultura pública” não é mais somente uma possibilidade de ferramenta analítica, ela pré-articula as estruturas de horizonte da vida coletiva, fornecendo materiais de experiência e tornando possível a articulação de uma arena pública na qual estejam disponíveis o que possa ser considerado real e o imaginário, o existente e o possível, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo.

Dentre os participantes das audiências e dos debates em diferentes meios de comunicação, como jornais, websites e mídias sociais, a empresa em questão e seus representantes trazem uma imagem de um empreendimento com preocupação social e ambiental. Em seu site, há chamadas como “Terra de histórias, solo de valores” ou notícias sobre o projeto de sustentabilidade “Legado das Águas”⁹, que nos levam a uma ideia de enraizamento, valorização das características locais e senso de responsabilidade, ao se preocupar com o legado de um dos bens que tanto desperta cuidados, os recursos hídricos. Também é enfatizado no site o programa educativo operado pela empresa, Parceria Votorantim pela Educação (PVE). Porém, não constam informações se tais projetos fazem parte (e como) do licenciamento ambiental¹⁰.

Tanto na apresentação do empreendimento no site quanto nas audiências, os representantes fazem questão de “desmistificar” a preocupação com a contaminação e o assoreamento do Rio Camaquã, pois não haverá descarte de rejeitos no rio e o empreendimento também não iria captar grande volume de água, pois o descarte de rejeitos será feito em pilhas a seco, além de contar com uma estação de tratamento para fazer o reaproveitamento total da água. A promessa é que as áreas de rejeitos receberão revegetação com espécies da região ao final da operação.

Por parte de muitos moradores de Caçapava do Sul, em especial da localidade de Minas do Camaquã, e também dos moradores de Santana da Boa Vista, o posicionamento é favorável, pelo fato de não haver atualmente registros de problemas de saúde do empreendimento de mineração que se instalou no local há cerca de 20 anos. O número inicial reduzido de audiências públicas foi motivo de descontentamento expresso em cada uma das reuniões pela população dos demais municípios.

Nas audiências públicas que ocorreram nestes municípios, o representante da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA enfatizou em sua apresentação uma região que, em sua parte socioeconômica, está em decréscimo populacional, pois as pessoas buscariam alternativas fora da região em função da falta de alternativas locais de trabalho e renda. No argumento a empresa enfatizava a possibilidade de 450 empregos que a sua implementação geraria, fato também que estava presente nas falas dos atores favoráveis ao empreendimento, tais como representantes políticos e comerciantes. Muitos

⁹ Trata-se de uma reserva ambiental da empresa no Vale da Ribeira, em São Paulo.

¹⁰ O processo de licenciamento ambiental no Brasil é realizado em pelo menos três etapas, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Para cada etapa, acompanhada pelo órgão ambiental responsável (a Fepam neste caso, que está atualmente acompanhando a LP), é obrigatório atender a condicionantes estipuladas pelo órgão a partir dos relatórios fornecidos, como EIA-RIMA e Plano Básico Ambiental (PBA), incluindo programas de educação ambiental e de comunicação, entre outras ações de minimização ou mitigação dos impactos gerados. Em empreendimentos financiados por alguns órgãos públicos também são obrigatórias atividades de responsabilidade social por parte da empresa.

remetiam à memória da “vida próspera” do período em que estava instalado o empreendimento anterior de extração de cobre. Em suas falas, enfatizavam que trabalharam na extração e não haviam sofrido efeitos na saúde, como aqueles que atualmente são contrários ao empreendimento argumentam em relação à extração do chumbo.

Desse modo, perante o ato e o processo no qual foram promovidas essas audiências públicas, devem ser consideradas as dimensões teórico-políticas a partir dos momentos históricos articulados com a ocorrência do evento. Para Elias (1994), o comportamento individual de cada ator está orientado pela configuração das interdependências, o que se correlaciona com o modo como diferenciam e integram as suas posições. Isto é, a configuração estaria associada aos modos de existência do ser social e a as emergências do cotidiano que são constituídas na e pela ambivalência (ELIAS, 1994). Com isso, o entendimento acerca das controvérsias políticas e as posições dos atores devem ser vistas a partir da diversidade cultural, político-ideológica, discursiva e dos conflitos em seu meio político.

Nesse sentido, em relação aos posicionamentos contrários ao empreendimento, fortalece-se a fala de que há uma disputa por visões de mundo e modos de desenvolvimento para a região, uma voltada ao desenvolvimento com a preservação ambiental aliada à produção de alimentos e outra voltada ao lucro via extração de um minério para exportação, como destaca a fala do representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) durante a audiência pública na Alergs. Para o representante, o Alto do Camaquã é um local em que o bioma Pampa ainda possui grande área remanescente, vinculada à própria identidade da população da região.

Por outro lado, chama a atenção que, nas três audiências públicas, em geral os possíveis impactos ao meio ambiente não eram apresentados pela empresa, gerando diversas perguntas por parte dos participantes, tais como agricultores, pecuaristas, ambientalistas e pesquisadores. Os riscos à produção pecuária em campos nativos, à criação de abelhas, aos cultivos de feijão, entre outros, estiveram entre as preocupações colocadas por esses grupos em suas manifestações nas plenárias.

Muitos destes produtores, organizados junto à Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), colocavam em cheque os 450 empregos amplamente defendidos entre os favoráveis ao empreendimento como impacto positivo, considerando a rede de associações comunitárias, que envolve cerca de 500 famílias – mais de 2.000 pessoas - distribuídas em 25 associações. Assim, seriam 450 empregos que acabariam com os mais de 2.000 empregos e formas de geração de renda. De

acordo com estes atores, a região, considerada a mais “pobre” do estado por não ter tido êxito dentro das propostas dos modelos de desenvolvimento (BORBA, 2016) é, também por esta razão, a região mais preservada do bioma Pampa considerando que os seus modos de vida estão constituídos em uma relação de troca com a natureza. Esta questão é trazida por Neske (2016) que argumenta que esta troca entre humano e meio ambiente se dá pela particularidade do modo de vida dos pecuaristas familiares em que a base alimentar de seus rebanhos é o pasto nativo.

Duas importantes organizações são a União Pela Preservação do Camaquã (UPP) e a ADAC, que defendem que projetos de desenvolvimento da produção local, já em curso (via governo estadual como o federal), em especial voltados à ovinocultura, sejam fortalecidos. Representantes destas organizações ressaltam ainda que esses projetos em curso foram ignorados pelo estudo de impacto ambiental e sua credibilidade está comprometida pelo alto potencial de contaminação da atividade mineradora.

Um dos pontos mais enfatizados como positivos, o retorno econômico, também é questionado nestas arenas públicas. Na audiência realizada na Alergs, o representante da Embrapa lembra que “o imposto gerado pela atividade mineradora, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), equivale a apenas 2% do faturamento declarado da empresa e que, em uma conta rápida, considerando a produção anunciada pela Votorantim Metais, isso representaria, no máximo, R\$ 2 milhões anuais para Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista”.

Pesquisadores e professores de diferentes universidades, como a Unipampa (parceira das ações de educação da empresa), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) também estão presentes neste debate. Com exceção da primeira, estes atores reforçam os questionamentos já mencionados e apontam também para os possíveis riscos à saúde causados em especial pela extração de chumbo, como dores abdominais em cólica, constipação, impotência sexual, palidez cutânea, anemia, hipertensão arterial, insuficiência renal e neuropatia periférica (LISBOA et al., 2016).

Docentes da UFRGS, FURG e da UFPEL focam suas críticas ao EIA-RIMA apresentando pela empresa, dizendo que ele não trazia informações suficientes ao impacto ambiental, que desconsiderava diversas espécies da fauna e flora nativa e que as informações ali contidas não condizem com a realidade. Ao mesmo tempo, na mesma audiência anteriormente mencionada, na Alergs, assim como nas audiências públicas realizadas nos municípios, docentes da Unipampa – Campus Caçapava do Sul – e de cursos vinculados à Engenharia da Mineração se mostravam favoráveis ao

empreendimento. Para justificar a sua posição, reivindicavam certa “autoridade científica” e um grande entendimento sobre o tema, ao mesmo tempo em que não apresentavam argumentos técnicos ou mesmo dados de pesquisas.

Dentre os representantes do Legislativo do RS, há opiniões divergentes, porém, os deputados presentes nas audiências, de diferentes correntes políticas, reforçam a necessidade de preservação do Rio Camaquã como relevante para toda a região, assim como o cuidado com a saúde em função da retirada do chumbo. De todo modo, alguns deputados também enfatizam a possível geração de empregos, prometida pela empresa, que seria direcionada para a população local, e assim consideram o empreendimento positivo, desde que seja comprovado que não apresentará riscos para a população e o ambiente.

Ainda na audiência realizada na Alergs, a ONG Amigos da Terra Brasil enunciou que, ao analisar o projeto, era preciso estudar o passado para verificar se era possível confiar no que a Votorantim prometia, questionando a credibilidade da empresa. Ao mesmo tempo, por receio de contaminação da água, o representante Comitê Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, comunicou que a organização era contrária ao projeto.

Alguns deputados a favor do empreendimento usaram argumentos semelhantes aos usados pela Votorantim, como a saída das pessoas dos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista por falta de oportunidade, pois seus moradores terão prioridade durante a fase de contratação de mão de obra, assim como os municípios ficarão com 65% dos impostos gerados.

O que se percebe nas falas e depoimentos ao longo das audiências é um deslizamento e o uso da ambiguidade discursiva dos defensores da instalação do empreendimento em cada audiência, com determinados dados vindo à tona em umas audiências e em outras não. Exemplo disso é que dados que foram criticados em uma audiência por parte das comunidades e dos grupos contrários são alterados audiência por audiência.

Conforme Elias (1994), o comportamento individual de cada ator está orientado pela configuração das interdependências, o que se correlaciona com o modo como diferenciam e integram as suas posições. Mesmo que repita a mesma configuração, cada ação no jogo é única e pode variar conforme as estratégias, recursos ou desejos de ação dos grupos envolvidos. Isto é, a configuração estaria associada aos modos de existência do ser social e a as emergências do cotidiano que são constituídas na e pela ambivalência (ELIAS, 1994).

Mesmo em situações permeadas de relações de poder que ditam o “polo” econômico como dotado de uma relevância única, a questão ambiental não é apagada. Só o fato do debate sobre os cuidados com o ambiente ser inserido na ordem do dia, mesmo com resultados práticos que sempre podem ser alvo de contestação, já representa uma importante questão de análise. Nessas situações, a questão é a disputa por legitimidade das suas práticas como sendo positivadas ou no mínimo aceitáveis do ponto de vista ambiental. Acselrad traz à tona essa questão:

Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benígnas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles. (ACSELRAD, 2010, p. 103).

O “equilíbrio flutuante” muitas vezes reiterado por Elias é “uma característica do fluxo de cada configuração”, pois as configurações possuem no mínimo dois aspectos diferentes ou até opostos que convivem e não se excluem. Portanto, além da certeza em relação às possíveis contradições que possam ser constatadas por essa empresa no contexto materializado pelas posições políticas adotadas, também é preciso analisar as incertezas do contexto político e conflituoso no qual eles atuam. Com isso, o entendimento acerca das controvérsias políticas é socialmente construído, seja em uma empresa, seja em uma organização e movimento social, inclusive em relação as suas posições políticas, a sua diversidade cultural, político-ideológica, discursiva e de conflitos que existem em seu meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos problematizar a implantação de projetos de mineração no Bioma Pampa e a possível concentração de danos ambientais sobre as comunidades locais (produtores pecuários, agricultores e comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas) e os discursos de desenvolvimento dos interessados na instalação desse tipo de empreendimento. Compreendemos que os posicionamentos dos atores em prol, contra ou indecisos em relação à instalação desses empreendimentos de mineração é uma das formas de tentar compreender a dimensão socioambiental e territorial, bem como a configuração dessas disputas por recursos naturais e também por concepções de como gerir e viver junto a estes elementos ambientais no Brasil na atualidade.

Destacamos que a discussão sobre o projeto da Votorantim Metais no Pampa gaúcho projetou o Escudo Sul-Rio-Grandense como uma das áreas mais ricas em minérios do Estado, motivando pedidos de autorização para pesquisa no DNPM. Além do projeto da empresa Votorantim, há propostas nas fases de pré-viabilidade e viabilidade econômica que são: Bujuru, Retiro e Estreito pela Rio Grande Mineração, para minerais pesados na planície costeira do Estado; a Águia Fertilizantes em Três Estradas para extrair fosfatos em carbonatitos; e a Amarillo Gold que quer extrair 6,4 milhões de toneladas de minério de ouro em rochas graníticas no município de Lavras do Sul.

Considera-se que o risco socioambiental é um elemento presente em atividades econômicas, em especial em empreendimentos em mineração. Em relação aos seus impactos, a mineração gera disputas acerca de bens comuns, como o patrimônio cultural e histórico, o solo, o ar e a água (elementos bastante abordados pelas organizações e movimentos sociais que participam destas mobilizações). Além disso, há elementos políticos relacionados aos processos de consulta e participação das comunidades locais sobre a decisão de instalação desses empreendimentos e o respeito à diversidade de arranjos, formas de vida e projetos locais de desenvolvimento, bem como às formas de fiscalização e controle público dos riscos. Entretanto, esses são processos sistematicamente fragilizados no contexto atual por lobistas, investidores, especuladores e empresas, bem como por gestores públicos em governos em níveis federal, estadual e municipal.

O fomento ao desenvolvimento econômico e social sustentável pode assegurar a conservação do Pampa, priorizando elementos como a pecuária com manejo do campo nativo ao mesmo tempo em que possa ser estimulada a diversificação agropecuária, a partir de zoneamento ecológico-econômico e o respeito aos modos de vida e características socioculturais. Assim, projetos econômicos e tecnológicos específicos podem reduzir os riscos associados às atividades extrativas minerais.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa prossegue e está sendo formulada como mais uma ferramenta que poderá contribuir nos estudos acadêmicos e debates políticos sobre como as comunidades locais acometidas pela extração mineral em seu território mobilizam-se diante da instalação de empresas mineradoras, bem como sobre quais os impactos socioambientais na atualidade e os riscos associados a esse tipo de exploração primária de recursos naturais. Sob essa perspectiva, também vislumbramos a necessidade de desenvolver a partir da continuidade de pesquisas nesse tema uma abordagem teórica e uma lente analítica apropriada e contextualizada no campo de conhecimento da antropologia e sociologia para problematizar os conflitos

socioambientais relativos à mineração e a presença das comunidades e demais grupos sociais em seus territórios, como no Bioma Pampa.

REFERENCIAS

ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H; DA SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia - o caso de Tucuruí. Pp. 61-92 In: ZHOURI, A. (Org.). **As Tensões do lugar hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

BENCKE, G. A. Biodiversidade. In: CHOMENKO, L; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 60 - 75.

BOURDIEU, P. **Espaço social e espaço simbólico**. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. 1997.
Cancelier et al.

BORBA, M. F. S. Desenvolvimento territorial endógeno: O caso do Alto Camaquã. In: WAQUIL, P.; D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 187 - 214.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)**. Brasília: MME, 2010. 178 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Biomás**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomás/pampa>. Acessado em: 10/06/2017.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilemas**. Vol. 2 - n. 4 - Abr-Mai-Jun - p.11-48. 2009.

_____. “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques”. **Revue Réseaux**, nº 75. 1996.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FERNANDES; V. D.; MIGUEL, L.A. A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUILL, P, D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul**: História, Diversidade Social e Dinâmicas de Desenvolvimento. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

GUEDES, G. B. **Mineração e movimentos sociais**. Dissertação (mestrado) - Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2015. 276f.

HAZIN, M. S. **Desarrollo minero y conflictos ocioambientales: los casos de Colombia, México y el Perú.** Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas. 2013. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>, acessado em 15/03/17.

LISBOA, L. et al . Proximity of residence to an old mineral storage site in Chile and blood lead levels in children. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 32, n. 4, e00023515, 2016 .

MALERBA, J. (Org.). **Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?** .2012. Rio de Janeiro: FASE. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3793>

MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais da pampa.** Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

NESKE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P.; D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 187 - 214.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina.** OSAL. Buenos Aires: CLACSO, Año XIII, n. 32, noviembre. 2012.

VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA):** Projeto Caçapava do Sul. Volume 1 a 4. Caçapava do Sul – RS. Geoprospec Geologia e Projetos Ambientais LTDA. 2016. Disponível em: <http://www.projetocacapavadosul.com.br/#vmetais>>, acesso em 03 de março de 2017.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e Conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.484 p.

ZHOURI, A; VALENCIO, N.; **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005. 395p.